

O Titanic social e a questão sísmica para os arquitectos

Alice Tavares, Ordem dos Arquitectos

Um sismo é um evento natural que pode impor elevados danos humanos e materiais. A comunidade científica nacional e internacional já há vários anos expõe a ideia da inevitabilidade de uma catástrofe natural deste tipo acontecer em Portugal, atingindo a Capital e o Algarve.

A acção de prevenção e de preparação da resiliência sísmica das cidades e das pessoas deveria ser um objectivo do Estado e dos Municípios. Contudo, as preocupações estão, no presente, sobretudo focadas em cenários pós-sismo e abordagens sectárias incidentes sobre a unidade Edifício e a segurança estrutural. Apesar de muito importantes, estas medidas serão insuficientes para fazer face a um evento natural deste tipo e para uma recuperação económica sem dependência externa. Uma abordagem integrada, multidisciplinar, coordenada com responsabilidades atribuídas, calendarizada, com implementação faseada que permitam acções de sensibilização da população, dos investidores, dos políticos, é necessária manter. No presente, existem ainda várias frentes de trabalho para se melhorar a resiliência sísmica. Começando pelo Ordenamento do Território com actuações concretas que diminuam ou restrinjam avanços de frentes urbanas que irão aumentar a exposição das populações aos sismos e tsunamis; passando pela análise de acções de planeamento urbano e gestão urbana, que no presente com a crescente incidência de intervenções de reabilitação *ad hoc* de edifícios e a pressão descontrolada do turismo, em especial em Lisboa, apresenta lacunas graves que exigirão num futuro próximo um enorme investimento para minimizar a ausência actual de controlo da exposição ao risco; continuando pelo entendimento que não chega a pretensão de garantir a segurança estrutural de um edifício novo ou reabilitado, quando as suas características e localização irá provocar graves danos nos edifícios contíguos, apenas porque não foi tida em conta na análise e proposta o impacto que este pode ter nos restantes; considerando ainda o papel crucial que tem a concepção da Arquitectura na diminuição da vulnerabilidade do edifício face ao sismo; terminando na necessidade de acompanhamento técnico e monitorização das acções de reabilitação parcelares em edifícios, evitando-se que por desconhecimento, a intervenção numa fracção isolada coloque em risco o edifício inteiro; estas, são apenas algumas das questões de um trabalho a desenvolver, obrigatoriamente multidisciplinar, mas de grande responsabilidade política e de formação da opinião pública.